

AMMP NOTÍCIAS



**Congresso de Responsabilidade Civil Ambiental
aponta caminhos para a atuação do MP**

Editorial



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:
Enéias Xavier Gomes

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma
publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

1º vice-presidente:
José Silvério Perdigão de
Oliveira

2º vice-presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:
Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:
Fabrício Marques Ferragini

2º diretor administrativo:
Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:
Eduardo Francisco
Lovato Bianco

2º diretor financeiro:
Francisco Chaves Generoso

Responsáveis pela edição
Jornalista responsável
Guilherme Reis
(MG 174.031)

Repórteres
Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Diagramação
Bárbara Peixoto

Tiragem
1.000 exemplares

Entidades apresentaram emendas para corrigir pontos importantes da Reforma da Previdência

Caros associados,

Assim como tem sido nos últimos meses, a AMMP seguiu mobilizada em torno da discussão da Reforma da Previdência, ao passo que o tema domina o debate público no país com cada vez mais força.

Durante o mês de maio, além do diálogo constante com lideranças do parlamento federal e estadual, a Associação, juntamente com a CONAMP, a Fonacate e Frentas, apresentou emendas para modificar o texto em análise na Câmara dos Deputados.

No dia 30 de maio, prazo limite estipulado pela Câmara para a apresentação de mudanças no texto, foram protocoladas as propostas de emendas a fim de trazer um mínimo de razoabilidade à proposta do Governo. Os textos tratam da preservação do valor real dos benefícios, das regras de transição relacionadas aos regimes próprios de previdência, das pensões, dentre outros. Mais detalhes na página 10.

Além das discussões que envolvem a reforma, a Associação continuou lutando para que os membros do MP possam exercer plenamente a democracia interna na instituição. Foram enviados ofícios ao Governador Romeu Zema e ao Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, para solicitar alterações legislativas que permitam aos Promotores (as) de Justiça concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Ainda em maio, a AMMP realizou, em parceria com o Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC), o Congresso de Responsabilidade Civil Ambiental, na sede de sua entidade. O evento debateu com excelência questões jurídicas no contexto das tragédias de Brumadinho e Mariana. Os temas abordados são urgentes e podem influenciar diretamente na vida de milhões de mineiros, já que propõem modelos de atuação para os colegas de vida ministerial.

Grandes oradores compuseram os painéis, proferindo palestras verticalizadas e contribuindo para a qualificação dos membros do Ministério Público de Minas Gerais. Dentre eles, destacam-se a participação dos colegas: o Procurador de Justiça e presidente do IBERC, Nelson Rosenvald, o Procurador de Justiça Antônio Sérgio de Rocha e Paula, e a Promotora de Justiça e coordenadora das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, Giselle Ribeiro de Oliveira.

Em meio às grandes discussões e mobilizações, o plano de saúde da AMMP completou 30 anos no dia 1º de junho. E, para fazer justiça àqueles que foram responsáveis pela criação e crescimento do serviço, foram prestadas as devidas homenagens durante a realização do último Chá das 3. Os certificados entregues a estes valorosos colegas representaram um ato de gratidão, mas muito pequeno diante da importância de um plano de saúde que cuida diariamente dos membros do MP com zelo e profissionalismo.

Diretoria AMMP

Congresso de Responsabilidade Civil Ambiental discute temas atuais e urgentes



No dia 17 de maio, a AMMP, juntamente com o Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC), realizou o 1º Congresso de Responsabilidade Civil Ambiental, em sua sede. Durante o evento, que recebeu mais de 160 inscritos, entre membros do MP, da magistratura e de profissionais do Direito, foram debatidas questões que tiveram como pano de fundo as tragédias ocorridas pelo rompimento das barragens em Mariana e Brumadinho.

A mesa de abertura trouxe em sua composição o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, o Procurador-Geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet, e o presidente do IBERC e Procurador de Justiça pelo

MPMG, Nelson Rosenvald.

Em posse da palavra, Enéias Xavier Gomes destacou a capacidade dos oradores em oferecer saídas para os problemas ambientais que assolam o Estado. “

Temos honra e a satisfação em realizar, em parceria com o IBERC, o Congresso de Responsabilidade Civil Ambiental. Em circunstâncias um tanto quanto funestas, dados os crimes cometidos, sobretudo, por grandes empresas do Estado de Minas Gerais. Eu diria que nós temos um desafio, dada a complexidade do tema e a necessidade de verticalização, não obstante a apenas um dia de discussão. Não tenho dúvidas de que nós teremos êxito, uma vez que procuramos trazer à nossa casa as maio-

res autoridades do Brasil neste tema. De forma que eu faço agradecimentos aos palestrantes, aos presidentes de mesa, e, em especial, ao professor Nelson Rosenvald, que tanto nos alegra nas fileiras do Ministério Público. “

O Procurador-Geral de Justiça, o Antônio Sérgio Tonet, ressaltou que o congresso é reflexo do modelo de atuação de instituições preocupadas com as questões ambientais, como o Ministério Público. “Em primeiro lugar, elogiar a AMMP pela parceria que fez com o IBERC, coordenado pelo nosso brilhante Nelson Rosenvald. Um instituto que não tem se preocupado só em colocar o homem como centro das atenções, mas tam-

bém com conceitos novos, como a bioética, a ética do meio ambiente. Também tenho notado que as instituições, como o MP, o MPF, as Defensorias Públicas da União e do Estado, dentre outras, tem tratado Brumadinho em toda a sua inteireza, buscando a reparação mais completa possível. Que o aspecto econômico ceda lugar para a academia, para os cientistas, para os membros do MP, que têm lutado, dia a dia, contra os poderosos. Nós estamos na berlinda. Querem aniquilar nossas prerrogativas. Não pelos nossos erros, mas pelos nossos acertos. Um evento como esse é muito importante para reforçar que essas instituições estão no caminho certo.”

As Funções da Responsabilidade Civil Ambiental



O primeiro painel do evento traçou um panorama sobre as novas formas de aplicação da Responsabilidade Civil que envolvem a promoção, a punição e a gestão de riscos. A mesa foi presidida pela Procuradora de Justiça Célia Beatriz Gomes.

O doutor e mestre em Direito Civil pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Antônio dos Reis Júnior, apresentou aos presentes o tema: “A Função promocional da Responsabilidade Civil nos Danos Ambientais.”

Antônio dos Reis Júnior entende que a Responsabilidade Civil carece de uma nova abordagem para se tornar mais efetiva. “O direito, tradicionalmente, é organizado pelo sistema de sanção negativa: você deve fazer algo, você não pode fazer algo, pois se não fizer sofrerá esta sanção. Esse tipo de sanção negativa é que

organiza o Direito no seu aspecto estrutural, ou seja, aquilo que não está proibido, então está permitido. Quando o sistema jurídico é organizado por um sistema de estímulos, de cutucadas, expressão da doutrina americana, ele nos diz o seguinte: há certas situações que, apesar de não podermos obrigar as pessoas a fazer, se elas fizerem, nós vamos premiar, dar recompensas. Esta é a chamada função promocional do direito, ao qual desenvolvi, para dentro da Responsabilidade Civil”.

Por sua vez, a Promotora de Justiça do Rio Grande Sul, mestre pela PUC-RS e doutora em Direito pela Universidade de Zaragoza (ESP), Caroline Vaz, abordou a “Função Punitiva da Responsabilidade Civil nos danos ambientais”.

Ela entende que as tragédias ambientais se repetem porque a fiscalização é falha

e as sanções não provocam a mudança de comportamento daqueles que praticam os ilícitos. “As penas previstas na Lei de Crimes Ambientais são irrisórias. Então temos um contexto bastante difícil, não só no sistema jurídico, mas até mesmo cultural. É nesse sentido que temos o conhecimento de que a Responsabilidade Civil ambiental é objetiva. Trabalhamos com o conceito de risco, e não temos que perquirir culpa daquele que é responsável pelo dano. A função punitiva da responsabilidade civil, além da reparação clássica, é a função de efetivamente punir. Além daquele valor indenizatório para as vítimas diretas, ou para a sociedade, deve ter também um valor capaz de efetivamente punir o autor daquele dano.”

O pós-doutor em Direito Público pela Universidade de Santiago de Compostela (ESP), Marcelo Kokke, tratou da “Gestão de risco e Responsabilidade Civil em desastres ambientais”.

Marcelo Kokke explicou que a dinâmica social não interiorizou os riscos decorrentes das atividades econômicas. “Crescemos, enquanto sociedade, fora de um pensamento ecológico que demande a concatenação de todas as variáveis ligadas a recursos. E dentro dessas variáveis, nós temos a dinâmica dos riscos. A responsabilidade maneja riscos, só que a economia não tem os riscos interiorizados de forma ple-

na. O risco é visto como algo irrefreável, e esse irrefreável leva a consequências danosas. As empresas não vão ser movidas pela capacidade de tutela ambiental. É necessário que os mecanismos jurídicos as levem a tanto. Vulnerabilidades estão presentes quando falamos em risco, e que estão presentes quando tematizamos a responsabilidade civil em prevenção.”

Quem fechou o primeiro painel foi o Procurador de Justiça e um dos organizadores do Congresso, Nelson Rosenvald. Ele apresentou o tema: “O Enriquecimento Injustificado no Dano Ambiental”. Com a palavra, Nelson Rosenvald indicou que a Responsabilidade Civil deve buscar a “contenção de comportamentos”. “Nós civilistas acreditamos que a Responsabilidade Civil se resume numa função reparatória. Não é de hoje que a indenização se mede pela extensão do dano, mas este não é um problema brasileiro, essa é uma cultura compensatória mundial. É uma ficção. A contenção de danos resolve tudo. Não, ao invés de conter danos, o que nós temos que fazer é conter comportamentos. Porque conter comportamentos traz a ideia de uma prevenção de ilícitos, traz uma ideia de punição deles, ou seja, é uma análise funcional da Responsabilidade Civil, onde se promova a modificação de comportamentos para abrir os horizontes.”

Aspectos Fundamentais do Dano Ambiental



O segundo painel debate pontos relevantes que envolvem a culpabilidade de envolvidos em danos ambientais, medidas de segurança e dano moral coletivo. Os trabalhos foram presididos pelo Promotor de Justiça Domingos Ventura de Miranda Júnior.

A professora, mestre e doutora em Direito, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina, Carolina Medeiros Bahia, discursou sobre o “Nexo Causal nos danos ambientais”. A professora explicou que as tragédias acontecem devido à enorme quantidade de bens e serviços disponíveis pela ação humana. Neste contexto, ela relatou o que deve ser analisado para a comprovação do nexo de causalidade. “A Responsabilidade Civil, por ser uma responsabilidade subjetiva, é basicamente o único elemento a ser demonstrado, e realmente as teses defen-

sivas vão se reunir aqui basicamente em torno desse elemento, na tentativa de demonstrar a existência de excludente de Responsabilidade Civil na esfera ambiental. Quais são os desafios que a gente tem para a demonstração e também para a comprovação do nexo de causalidade na sociedade de risco? Projeção no tempo e no espaço, ampla dispersão dos danos ambientais, seu caráter transfronteiriço, interdependência dos fenômenos ambientais, danos ambientais como resultado de ações continuadas, de efeitos prolongados ou progressivos ou de comportamentos massificados”.

Posteriormente, foi a vez do Procurador da Fazenda Nacional e pós-doutor em Direito, Élcio Nacur realizar palestra sobre “Medidas de Evacuação em rompimento de barragens: a necessidade de perquirição de uma Responsabilidade Civil anterior

e posterior ao dano”.

Nacur utilizou os exemplos de Brumadinho e Mariana para estruturar sua argumentação. “Já existe uma lei estabelecendo a política nacional de segurança de barragens. Já existe uma lei que aponta o que as mineradoras devem fazer antes da tragédia. Não é só sirene, corredores de evacuação. Não há nenhuma dúvida que a Samarco, a BHP, a Vale são as grandes responsáveis pelo nexo de causalidade. Adianta agora, depois da tragédia, falar sobre a Responsabilidade Civil clássica? O dinheiro vai reparar a dor da morte e o meio ambiente degradado? Não. A solução é fixar bilhões de reais? Não. A solução é Responsabilidade Civil anterior ao dano.”

O Procurador da República, e Doutor pela PUC-RJ, Felipe Teixeira Neto, desenhou um cenário para a definição do dano moral coletivo em caso de dano ambiental. “Como o meio ambiente é um pressuposto intransponível para o livre desenvolvimento da personalidade de cada um, para a qualidade de vida, para todos esses atributos imprescindíveis ao desenvolvimento e florescimento da pessoa, não há dúvidas de que a lesão ambiental tem uma grande probabilidade de conduzir ao dano moral coletivo. Em situações como a de Mariana e Brumadinho não resta dúvidas, pelas proporções, pelo comprometimento da

qualidade de vida, de que há dano moral coletivo. Minha reflexão se inclina para usarmos o dano moral coletivo quando nós tenhamos uma situação, avaliando que objetivamente é razoável, que se conclua que qualquer pessoa, qualquer comunidade exposta àquela situação teria um rebaixamento da qualidade de vida. Se não o fizer, vamos enfraquecer a figura do dano moral coletivo.”

Para complementar o painel, o Promotor de Justiça, e pesquisador associado da (CSLS/Law) da Universidade de Oxford, Pedro Rubim, proferiu palestra sobre a “quantificação do dano moral”.

Em sua explanação, o membro do MP carioca comparou as práticas jurídicas do Brasil e dos Estados Unidos. “No Brasil, as empresas preferem o litígio do que o acordo. Nos Estados Unidos as empresas são estimuladas a fazer acordo porque sabem que sofrerão danos econômicos. Também não temos mecanismos efetivos de busca de informações. Nos Estados Unidos temos o procedimento de descoberta. É possível que se vá a empresa e se apreenda uma série de documentos, inclusive que se determine que a empresa os apresente ao juízo. Isso faz com que exista uma diferença na hora de quantificar os danos de caráter punitivo.”

O litígio ambiental e a fase pré-processual



Seguindo a lógica jurídica do evento, o terceiro painel focou em questões práticas dos processos envolvendo o dano ambiental, bem como a formulação de TAC's e formas de mediação entre as partes envolvidas. A mesa foi presidida pelo Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto.

Inaugurou a discussão o Procurador da República e Doutor em Direito pela PUC-RJ, Felipe Peixoto. O membro do MPF apresentou a palestra "Responsabilidade Civil do Estado e direito ambiental: redes conexões conceituais".

Felipe Peixoto apontou que a Responsabilidade Civil no Brasil precisa avançar para defender com efetividade os direitos do cidadão. "Temos as três fases clássicas da Responsabilidade Civil do Estado. A primeira fase, da irresponsabilidade, o Brasil não chegou a pegar. Era a fase do rei não erra. A segun-

da fase, fase civilística, diz que o Estado pode responder, mas apenas mediante à prova da culpa. Na terceira, o estado responde sem culpa. Isso tem imensos reflexos no direito ambiental. Nós estamos em 2019, no mesmo padrão normativo de 1946. Nós não dispomos hoje de uma rede de conexões conceituais que nos autorize a dar um passo além? Vivemos uma quarta fase. O estado, como garantidor dos Direitos Fundamentais, deve proteger de modo adequado. E responderá se não fizer."

O Procurador da República e professor visitante das Universidades de Columbia (EUA) e Berkeley (EUA), Elton Venturi, debateu o "TAC Ambiental". Elton Venturi apontou que o TAC não deve ser entendido um instrumento de mediação. "O objetivo do TAC foi um meio de tutela de direitos, independentemente de abjudação, de homologação. Queremos

transformar o TAC em um instrumento de negociação submissível à homologação judicial. Funciona? Não. O TAC não foi pensado para isso. No TAC não há ampla defesa, não há contraditório, não há devido processo legal. O que pode comprometer a própria validade do TAC. Minha sugestão: temos um belíssimo movimento em andamento de Justiça Multiportas. Baseado em um novo CPC, lei da mediação, resoluções do CNMP, do CNJ, que falam expressamente em negociação, conciliação e justiça restaurativa. Temos um arsenal normativo para construirmos um modelo de atuação extrajudicial efetivamente negocial."

Posteriormente, o Procurador de Justiça pelo MPMG, Antônio Sérgio Rocha de Paula discursou sobre "A Ação Civil Pública Ambiental, pedido, instrução e recursos: aspectos práticos". Antônio Sérgio Rocha de Paula indicou pontos cruciais para a construção da ACP. "Um dos problemas que a gente enxerga na ACP, hoje, seriam os cuidados com a petição inicial e com os modelos. É necessário adaptar o caso ao modelo de petição. Parece óbvio, mas nem sempre acontece. Na hora de descrever, o fato tem faltado nas peças. A fundamentação pede a inconstitucionalidade de 15 artigos do Código Florestal e, no final, pede recomposição, averbação da reserva e dano moral coleti-

vo, mas não escreveu nada sobre dano moral coletivo. O isso gera isso para o MP? Gera uma jurisprudência contrária ao dano moral coletivo, que em casos que a gente tem o dano moral coletivo vamos ter dificuldade de aplicar", explicou.

A última oradora foi a Desembargadora da 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Ambientais de Grande Repercussão Social (CEJUSC Ambiental), Shirley Fenzi Bertão. Sua exposição teve como contexto a experiência adquirida durante a atuação no CEJUSC Ambiental após o rompimento da barragem em Mariana e seus reflexos em Governador Valadares, quando precisou mediar ações em decorrência da falta de água no município provocada pela tragédia. "A nossa atuação no direito ambiental no TJMG está sendo nesse sentido, de ajudar na negociação dos recursos que estão sendo propostos. Eu tenho percebido que a mediação funciona. Uma terceira pessoa que participa na negociação e que não tem interesse direto na causa tem sua respeitabilidade. Uma comunidade pode ser impactada por uma atividade ambiental, se ela não tiver a representatividade nessa negociação, realmente pode ser questionado o acordo", disse.

Interesses difusos e coletivos correlatos ao dano ambiental



Para encerrar o congresso, o último painel discutiu questões humanas que envolvem o dano ambiental de grandes proporções. O presidente da mesa foi o Procurador de Justiça Rômulo de Carvalho Ferraz.

A primeira oradora foi a pós-doutora em Relações Sociais (PUC-MG) e em Direito Privado (UFMG), Aline França Campos, com a palestra “Responsabilidade Societária nos Desastres Ambientais”.

Também membro fundadora do IBERC, Aline França Campos, ao discursar, comentou sobre a responsabilidade solidária. “Vimos aqui que o dano ocorre quando temos uma atividade econômica que causa risco de dano econômico. Esse simples fato já seria suficiente para ensejar a Responsabilidade Civil. Independentemente

mente da perquirição de culpa, da identificação de algum elemento subjetivo. A questão da responsabilização solidária muito nos importa na questão do direito empresarial, sobretudo na adoção das teorias de responsabilização das pessoas jurídicas. Todos aqueles indivíduos que têm algum proveito econômico que decorre do exercício daquele dano, poderiam se enquadrar na responsabilidade solidária.”

A Promotora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul e mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Annelise Steigleder, apresentou palestra sobre a “Desterritorialização e a perda de valores indenitários da coletividade e os desastres ambientais”. Annelise Steigleder fez uma reflexão sobre o deslocamento forçado de pessoas

provocado por desastres e por processos de desenvolvimento econômico. “A figura do deslocado interno permanece no limbo. Ele acaba ficando em uma situação de vulnerabilidade social. A pessoa perde todas as suas referências. Os efeitos são depressão, transtorno de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e risco de suicídio. O grande desafio é passar por compreender esse dano como impacto de vida nos deslocados internos. A partir destas reflexões, me deparei com o conceito de dano existencial. No Brasil nós não temos isso, porque estas comunidades são tão desassistidas que quando recorrem à Justiça buscam o atalho do dano moral.”

Já a Promotora de Justiça e Coordenadora Estadual das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural de Minas Gerais, Giselle Ribeiro de Oliveira, apresentou a palestra “A Tutela do Patrimônio cultural nos desastres ambientais”. Para a ela, as tragédias ambientais com as características das ocorridas em Mariana e Brumadinho, geram a perda da história de uma comunidade. “Os bens do patrimônio cultural são guardiões de um tempo. Eles são aqueles objetos, aquelas raízes que impedem que a comunidade seja feita de pessoas sem história. Raízes que impedem que a gente seja um povo por imitação. Quando abordamos o pa-

trimônio cultural, pensamos nas igrejas barrocas, mas falamos também de lugares de encontro, que são significativos para as pessoas que fazem parte daquela história. A compensação deve ser feita preferencialmente no local do dano. E vamos pensar também em danos morais coletivos. Eu perder a minha casa é diferente de perder a minha cidade. Esses valores não devem ser destinados às pessoas, mas a fundos de direitos difusos, ou fundos municipais de proteção ao patrimônio cultural.”

A Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região (PA) e Pós-doutora em Direito pela Universidade Carlos III (ESP), Pastora do Socorro Leal, finalizou o evento. Ela abordou os “Danos trabalhistas e meio ambiente do trabalho”. “Para problemas complexos, pensamentos complexo. Os juristas formados nas últimas gerações foram adestrados para pensar com simplicidade, linearmente e não dar conta de problemas complexos, ao retalhar o Direito em vários ramos que não se comunicam. Temos que construir pontes entre estes arquipélagos. Se não fizermos isso, não teremos salvação. Como a Constituição tutela os bens da mais alta envergadura, que é a saúde e a vida, e em outros sistemas jurídicos esse mesmo bem é bagatelizado?”.

AMMP participa de “Encontro Regional” em Pouso Alegre



Nos dias 30 e 31 de maio, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, participou de evento que reúne integrantes locais do MPMG. O encontro tem a função de debater as demandas daqueles que atuam na região.

AMMP participa de reunião na CONAMP



No dia 29 de maio, o vice-presidente da AMMP, José Silvério Perdigão, se reuniu com o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, para discutir emendas à Reforma Previdência e o Congresso Nacional do Ministério Público, que acontece em setembro.

AMMP participa de evento em comemoração aos 10 anos do MPC



No dia 27 de maio, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, compareceu ao seminário 10 anos do MPC/MG Compliance estatal – O papel do Ministério Público de Contas.

AMMP na Faculdade Milton Campos



No dia 22 de maio, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, proferiu palestra na Faculdade Milton Campos sobre combate à corrupção.

Também participaram do evento, o Procurador de Justiça Epaminondas Fulgêncio e o presidente do ICP, Gustavo Henrique de Souza e Silva.

Vereador de BH visita AMMP



O vereador Mateus Simões, no dia 23 de maio, participou de reunião com a Diretoria da AMMP. Foram debatidos temas de interesse institucional, como a possibilidade de Promotores (as) de Justiça concorrerem ao cargo de PGJ e sobre a migração dos servidores do estado para o regime de previdência complementar.

Estiveram no encontro, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, o vice-presidente José Silvério Perdigão, a 2ª vice-presidente Larissa Rodrigues Amaral, o 3º vice-presidente Luiz Felipe de Miranda Cheib, e o Procurador de Justiça Fernando de Abreu Mendes.

AMMP mantém diálogo com Legislativo pela Reforma da Previdência



No dia 20 de maio, a AMMP continuou visita aos deputados federais que fazem parte da comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados.

A Diretoria da AMMP foi recebida, juntamente com o presidente da Amagis, o Desembargador Alberto Diniz Junior, pelo parlamentar Lafayette Luiz Doorgal de Andrada. Posteriormente, foi visitado pela Associação, o parlamentar Mauro Lopes.

Visita ao PGJ



No dia 14 de maio, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, visitou o Procurador-Geral de Justiça Antônio Sérgio Tonet. Durante o encontro foram debatidos temas de interesse institucional, tais como: a eleição de Promotores para Procurador-Geral de Justiça, melhor regulamentação do reembolso das despesas médico hospitalares, reanálise dos juros incidentes sobre as verbas em atraso, dentre outros.

Diretoria visita pousada da AMMP



No dia 13 de maio, o Presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, visitou a pousada de Guapé. A viagem teve o objetivo de verificar o estado do patrimônio da Associação.

Ofícios levados ao Executivo Estadual pedem mudança nas regras para a eleição ao cargo de PGJ

No dia 8 de maio, o presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, encaminhou um ofício ao governador de Minas, Romeu Zema, e ao Advogado-Geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, para solicitar alteração legislativa que permita a Promotores (as) de Justiça concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Nos documentos, a

AMMP aponta uma série de questões que avalizam a mudança nas leis estaduais. Dentre os argumentos, é citada a inconstitucionalidade do art. 123, parágrafo 1o, da Constituição do Estado de Minas Gerais, que contrária o artigo 128, parágrafo 3o, da Constituição Federal e artigo 9º, caput, da Lei Federal 8.625/1993.

Também é descrita a inconstitucionalidade do art.

5o, § 1o, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que torna inelegível Promotor de Justiça e até mesmo Procuradores de Justiça com menos de 10 anos de serviço na carreira, para candidatura e eleição ao cargo de Procurador-Geral de Justiça.

Ainda foi citada pesquisa de opinião realizada pela AMMP, em 2016. A con-

sulta à classe mostrou que 76% dos votantes manifestaram-se favoravelmente à mudança legislativa que viabiliza a possibilidade de Promotores de Justiça se candidatarem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, tal como ocorre na imensa maioria dos Estados da Federação.

AMMP participa de formulação de emendas para alterar a Reforma da Previdência

No dia 30 de maio, a CONMAP e entidades parceiras, como a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), protocolaram, na Câmara, 17 emendas ao texto original da Reforma da Previdência.

A elaboração dos textos foi realizada em conjunto pelas associações filiadas, como AMMP. Os dirigentes das entidades associativas ainda realizaram o trabalho

de mobilização junto aos parlamentares para que assinassem a admissão das emendas ao texto que tramita na Casa.

A CONAMP apresentou duas emendas: EMC 126/19, que propõe o aperfeiçoamento dos cálculos das pensões por morte, e EMC 127/19, que aborda as regras opcionais de transição relacionadas aos regimes próprios de previdência social.

Cinco emendas foram elaboradas pela Frentas

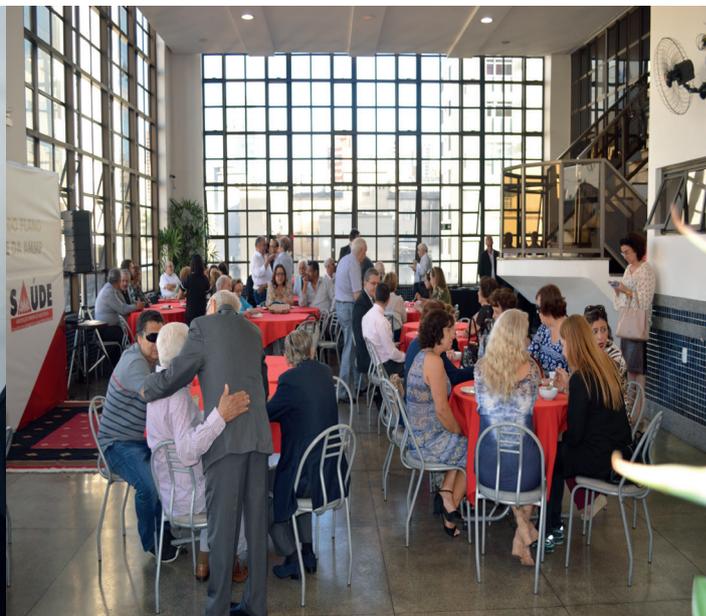
e tratam da supressão do modelo de alíquotas extraordinárias, progressivas e/ou escalonadas (EMC 58/2019); preservação, em caráter permanente, do valor real dos benefícios (EMC 59/2019); regime de transição para os servidores que ingressaram até dezembro/2003 e para aqueles que ingressaram entre 2004 e 2014 (EMC 60/2019); pensões, acumulação e aposentadoria por invalidez (EMC 61/2019); e reabertura do prazo de mi-

gração para o Regime de Previdência Complementar (EMC 170/19).

Acompanhamento

A AMMP, a exemplo do que tem feito nos últimos meses, continuará acompanhando a tramitação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional. Os associados serão informados de quaisquer novidades pelos canais de comunicação oficiais. (Com informações da CONAMP)

Plano de Saúde completa 30 anos



No dia 4 de junho, a AMMP organizou, durante o Chá das 3, uma grande festa para celebrar os 30 anos de existência do plano de saúde da Associação. Cerca de 92 convidados foram recebidos na sede para acompanhar as honrarias e aproveitar buffet especial.

Durante o evento, foram oferecidos certificados para os nomes que contribuíram decisivamente para a criação e a sustentabilidade do plano de saúde, que chega a sua terceira década de vida robusto e saudável para os próximos 30 anos.

Atualmente o AMMP-Saúde é um dos melhores planos de autogestão do Brasil. Fato reconhecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que premiou o serviço nos últimos 4 anos. Em 2018, o AMMP-Saúde registrou 9ª colocação no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) ao conseguir

a nota 0,9503. O máximo é 1,0.

O plano tem ampla rede credenciada, contando com 123 hospitais, 656 clínicas, 112 laboratórios e 774 médicos para atender 4.850 pessoas. Outro apoio importante para os associados são os 8 apartamentos da AMMP em BH, que são utilizados, preferencialmente, para pessoas que estão na capital em tratamento de saúde.

Em entrevista ao AMMP Notícias, o Procurador de Justiça e presidente da AMMP durante os anos de 1987 e 1989, quando foi idealizado e criado o serviço, Flodesmidt Riani, relatou durante o evento o sentimento de missão cumprida. "Orgulho grande, porque o plano deu certo. Todos compreenderam que um plano bem gerido se perpetua. Temos hoje uma boa reserva técnica. Na época decidimos criar o plano de-

vido aos problemas no Ipseng. Precisávamos de um bom plano e começamos lá de baixo e graças a Deus atingimos 30 anos e com dinheiro em caixa. Agradeço a todos que participaram. Missão cumprida."

Homenageados Diretoria da AMMP de 87 a 89, que implantou o plano de saúde:

DR. FLODESMIDT RIANI
PRESIDENTE
DR. ANTÔNIO JOSÉ LEAL
1º VICE-PRESIDENTE
DRA. NEILA DO CARMO FANUCCI
2ª VICE PRESIDENTE
DR. ARNALDO COELHO
1º SECRETÁRIO
DR. RAIMUNDO PEREIRA GUEDES
2º SECRETÁRIO – REPRESENTADO POR SEU FILHO, DR. CLEVERSON SBARZI GUEDES
DR. AMANDO PRATES
1º TESOUREIRO, MEMBRO DA COMISSÃO QUE REGULAMEN-

TOU O PLANO DE SAÚDE E EX-DIRETOR DO PLANO DE SAÚDE
DR. MARCOS VIOLA DE CARVALHO

2º TESOUREIRO

Membros da Comissão Constituída em 16 de fevereiro de 1989, que regulamentou o Plano de Saúde

DR DARCY DE SOUZA FILHO
DR. LUIZ CARLOS ABRITTA
DR IVAM CHAVES IVO

Diretores dos Plano de Saúde

DR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET
DR. JOSÉ SILVÉRIO PERDIGÃO DE OLIVEIRA
DR. CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO
DR. TOMAZ DE AQUINO RESENDE
DR. CARLOS ANDRÉ MARIANI BITTENCOURT
DRA. SELMA MARIA RIBEIRO ARAÚJO
DR. EDSON RIBEIRO BAETA
DR. LUIZ FELIPE DE MIRANDA CHEIB

Grupo de Intervenção Estratégica de Enfrentamento a Roubos contribui para redução de mais de 30% de roubos em Minas Gerais

Ativo desde outubro de 2016, o Grupo de Intervenção Estratégica de Enfrentamento a Roubos no Estado de Minas Gerais (GIE-R), criado com a participação do MPMG, estruturou uma cultura sólida de enfrentamento aos crimes de roubo no Estado. A iniciativa começou a ser implantada em Belo Horizonte como parte de um conjunto de estratégias dos órgãos públicos de segurança de Minas Gerais. A partir de 2018, o plano começou a ser implantado em Betim, Ibirité, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Sete Lagoas e Vespasiano.

Além do Ministério Público, o Grupo de Intervenção Estratégica de Enfrentamento a Roubos ainda conta com outros órgãos estaduais, tais como: as Secretarias de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional e as polícias Militar e Civil. Somente entre 2016 e 2018, com a participação do grupo, foi possível reduzir significativamente o índice de crimes em cinco modalidades. (Ver infográfico)

O Promotor de Justiça Rafael Henrique Martins Fernandes, que atua na 12ª Promotoria de Justiça Juízo Criminal, explicou em entrevista ao AMMP Notícias os detalhes do projeto.

1) Nota-se redução expressiva nas modalidades de crimes praticados. Como foi possível, em poucos anos, alcançar tal resultado?

Vários fatores têm contribuído para a expressiva redução do número de roubos nos últimos dois anos. Na minha avaliação, compartilhada por outros componentes do Grupo de Intervenção Estratégica e pela própria Secretaria de Segurança Pública, medidas como a implantação de um novo modelo de policiamento – que se destaca pela utilização de bases comunitárias móveis e por uma maior ostensividade – somado a um uso mais intensivo da inteligência e a uma maior articulação e integração entre os diversos órgãos que atuam no combate à criminalidade – Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público – tem contribuído decisivamente para a redução verificada.

A par disso, também merece destaque o acompanhamento estatístico feito pela Secretaria de Segurança Pública, que permite uma compreensão mais profunda e abrangente acerca do fenômeno e que, assim, viabiliza a adoção de estratégias mais eficazes para o enfrentamento do problema.

2) A metodologia de trabalho foi desenvolvida exclusivamente para a nossa realidade, ou foram utilizadas referências de outros locais do Brasil e do mundo?

A metodologia do GIE-Roubos foi inspirada no programa GIE-Homicídios, implementado na década passada pelo governo estadual, e que é um dos pilares do Programa FICA VIVO, reconhecido internacionalmente como um caso de sucesso na prevenção à criminalidade.

O GIE-Homicídios, por sua vez, baseou-se no Programa Operation Ceasefire, criado em Boston, no início dos anos 1990, com o escopo de reduzir homicídios, e que teve papel importante na redução da criminalidade violenta naquela cidade americana.

Nosso trabalho no GIE-Roubos procura aplicar, naquilo que é pertinente ao fenômeno do roubo, boas práticas e metodologias aplicadas no GIE-Homicídios, procedendo a adaptações para o aperfeiçoamento da repressão qualificada aos crimes de roubo, diante das peculiaridades desse tipo de delito.

3) O país atravessa momento de crise econô-

mica e, como consequência, alto índice de desemprego. Esses fatores, de fato, influenciam nos índices de criminalidade?

Sim. A retração da atividade econômica exerce grande influência no aumento do número de roubos, crimes que, não podemos nos esquecer, são de natureza patrimonial.

A propósito, há vários estudos nesse sentido, os quais inclusive relacionam a profunda recessão vivenciada em meados dessa década ao aumento impressionante dos números de roubo no mesmo período.

4) Quais são os maiores desafios da segurança pública no Estado atualmente?

O cenário é complexo e são vários os fatores envolvidos, desde o quadro socioeconômico do país (grande desigualdade social, elevada taxa de desemprego e subemprego etc.) e a frouxidão da legislação penal, passando pela legislação processual ultrapassada – que prevê poucas possibilidades de composição e resolução rápida das ações penais, restritas apenas a crimes de pequeno potencial ofensivo – e pela atuação fragmentada e ainda pouco integrada das instituições.

Além disso, a morosida-

de do sistema de justiça criminal — potencializada pela grande demanda existente e por uma legislação que carece de atualização —, o déficit de vagas prisionais e a falta de investimentos no sistema prisional são outros fatores que, a nosso sentir, constituem grandes obstáculos para um maior avanço da segurança pública.

5) O modelo de com-

bate adotado em Minas pode ser replicado no Brasil?

Sim. A metodologia da intervenção estratégica pode ser replicada em outros estados.

A propósito, vale lembrar que o GIE-Roubos foi primeiramente implantado em Belo Horizonte e, após mais de um ano de sua implantação, feitos os ajustes iniciais e comprovada sua efetividade, o programa foi expandido

e implantado em outras cidades do estado, principalmente na área metropolitana de Belo Horizonte e em outras cidades da região central de Minas Gerais.

6) Existem outros projetos em gestação?

Atualmente, o Ministério Público tem buscado a expansão do programa, de uma forma gradual, para outras cidades do estado que lidam com

grande número de roubos.

A implantação do GIE-Roubos em Contagem está em fase de consolidação, e outros núcleos de combate a roubos devem ser criados em um futuro próximo, de modo a contribuir para a consolidação de uma nova metodologia de combate a esse tipo de criminalidade em diversas regiões do estado.

	Março 2017	Março 2018	Variação
BH	118,2	80,4	-32%
Contagem	72,5	53,6	-26,1%
Vespasiano	11,5	11,4	-1,4%
Juiz de Fora	10	9	-9,7%
Uberaba	13,8	7,1	-48,8%
Lavras	3,6	3,1	-15,2%
Divinópolis	20,2	13,4	-33,4%
Gov. Valadares	4,8	2,9	-39,3%
Uberlândia	21,5	14,9	-30,6%
Patos de Minas	4,3	2,7	-36,4%
Montes Claros	15,2	10,2	-32,7%
Ipatinga	14,5	7,7	-46,9%
Barbacena	4,3	1,4	-66,9%
Curvelo	5,3	2,9	-44,5%
Teófilo Otoni	5,3	2,9	-44,5%
Unaí	5,2	2,1	-60,5%
Pouso Alegre	3,7	2	-46,6%
Poços de Caldas	6,5	5,1	-21,3%
Sete Lagoas	8,5	6	-29,8%
Minas Gerais	349,1	238,9	-31,6%



	2016 - 2017	2017 - 2018
Roubo a transeunte	-18,83%	-35,94%
Roubo de veículos	-7,70%	-43,21%
Roubo de estabelecimentos comerciais	-34,74%	-47,38%
Roubos em transporte coletivo	-23,76%	-36,54%
Roubos a residência	-12,29%	-26,60%

Dados: Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS
Resultados em Belo Horizonte

f /ammpmg
@ammpminas

AMMP
ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

www.ammp.org.br

“Como cidadão e Promotor de Justiça, a sonegação fiscal no Brasil sempre me incomodou”



Renato Froes Alves Ferreira - Promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (Caoet) do MPMG

1. Conte um pouco sobre sua trajetória pessoal.

Entre na Faculdade de Direito da UFMG nos idos de 1988, após concluir o segundo grau no Colégio Santo Agostinho, em Belo Horizonte. No início, devo confessar, pensei em desistir do curso e só não o fiz porque, na época, tinha muitas dúvidas a respeito do futuro e não sabia ao certo que caminho seguir. Cheguei a fazer alguns estágios em escritórios de advocacia e depois na Procuradoria do Município. A experiência não foi das mais empolgantes, mas serviu para eu te-

certeza de que a advocacia não seria uma opção. No último ano de faculdade fui aprovado em um processo seletivo e comecei a trabalhar com consultoria tributária, esta sim uma experiência enriquecedora e que me despertou o gosto pelo direito empresarial, em especial pelo direito penal-tributário. Após alguns anos de atuação nessa área de consultoria, descobri que queria fazer algo do “outro lado do balcão”, e me enveredei pelos caminhos do concurso público.

2. O que o motivou a se tornar Promotor de Justiça?

Ao contrário de vários colegas, nunca tive a convicção de que seria um Promotor de Justiça. Pra falar a verdade, comecei a estudar pensando em me tornar um Auditor Fiscal do Tesouro Nacional. Como não havia previsão nem data próxima para as provas, aproveitei as matérias afins para prestar concurso de Juiz Federal, mas desisti logo quando percebi que a magistratura também não era minha vocação. Pouco tempo depois, conversando com colegas e com alguns amigos que já eram Promotores de Justiça, resolvi tentar a sorte no MPMG. Como de praxe, com o passar dos anos você aca-

ba dominando as áreas de estudo e, depois de algum tempo, acaba passando em mais de um concurso podendo optar por qualquer deles. Foi exatamente o que aconteceu comigo. Tendo a possibilidade de ficar em Minas Gerais, não tive dúvidas: escolhi o Ministério Público.

3. Quais são as principais estratégias do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (Caoet) para combater a sonegação fiscal no estado?

Como cidadão e como Promotor de Justiça, a questão da sonegação fiscal no Brasil sempre me incomodou. Talvez por ser tratado como um fato periférico sem muita importância ou gravidade, uma conduta socialmente aceita – quando não incentivada – e nunca como um problema de sérias consequências sociais e econômicas. Desde quando comecei a trabalhar no CAOET, ainda sob a coordenação do Dr. Rogério Filippetto, sempre tive uma visão muito clara sobre o papel do Ministério Público no enfrentamento dos crimes tributários: buscar minimizar os prejuízos causados ao Estado com a prática sonegatória e, ao mesmo tempo,

promover o reequilíbrio do mercado por meio de ações que garantam, efetivamente, a liberdade e a igualdade concorrencial. Por isso, nosso objetivo principal sempre foi a recuperação de ativos. Mais do que a reprimenda penal – sempre dificultada por uma legislação historicamente conivente com a criminalidade do colarinho branco –, interessa reaver o dinheiro sonegado aos cofres públicos, fundamental para promover o Estado dos meios necessários para dar cumprimento a políticas públicas e atender as necessidades básicas do cidadão. Mirando o ressarcimento, exigindo que todos paguem igualmente seus tributos, garantimos a esperada igualdade competitiva tão afetada pelas “vantagens” da sonegação.

4. O senhor também faz parte da história futebolística da AMMP, tendo sido campeão dos torneios nacionais do MP. Qual o segredo do sucesso da Associação na modalidade?

O futebol é um capítulo à parte nessa história institucional. Não apenas na minha visão, mas certamente na de vários outros colegas que gostam do esporte, o futebol se transformou no maior instrumento de socialização dentro do MP,

assumindo hoje um viés mesmo de pertencimento institucional. Aquilo que começou como brincadeira, tomou proporções inimagináveis a ponto de reunir, num só evento, centenas de Promotores das mais variadas idades e diferentes histórias, todos imbuídos de um só objetivo: representar o nome da Instituição e as cores do nosso Estado. São inúmeros os exemplos de amizades nascidas em torneios e competições nacionais, algumas reunindo colegas que vivem em comarcas distantes a centenas de quilômetros umas das outras e que dificilmente teriam sequer a chance de se conhecer, não fossem os encontros proporcionados pelo futebol. Não podemos deixar de reconhecer o papel fundamental da nossa Associação nesse processo de integração. O apoio incondicional da AMMP foi determinante não apenas para a viabilização desses encontros, mas também e principalmente para a profissionalização e

treinamento das equipes que, hoje, são nacionalmente reconhecidas pelos títulos conquistados em todas as categorias disputadas.

5. Como começou a sua história com o futebol?

Sempre fui um apaixonado pelo futebol. Na escola, me lembro de participar das equipes desde os meus 11 anos de idade. Antes e depois das aulas, até mesmo nos poucos minutos do recreio, o futebol era a diversão preferida, quase sagrada, entre os amigos. O futebol profissional era um sonho, mas o tempo exigido de treinamento – além das limitações técnicas, claro – era incompatível com os estudos que, apesar de não tão apaixonantes, eram prioridade absoluta na família. Nos jogos jurídicos pela Faculdade de Direito e nos Torneios Nacionais do MP, uma paixão permanente que, hoje, faço questão de compartilhar com meu filho de 10 anos. Já sobre o chamado “clube

do coração”, conto uma história que, de tão inusitada – acho até que inédita – parece mentira, mas que é real e talvez por isso cause tanta indignação nos colegas atleticanos. De tanto sofrer com as derrotas e falta de títulos, decidi simplesmente “lagar” o Atlético, deixar de torcer, algo impensável para os mais insanos torcedores. Até hoje muitos amigos não se conformam, insistem que isso é impossível e brincando com eles digo que sou um “ex-viciado”! Essa zoação entre amigos é a parte mais bacana do futebol.

6. O que gosta de fazer em momentos de lazer?

O tempo livre que tenho, especialmente nos finais de semana, procuro dedicar à família, especialmente ao meu filho mais novo, de 10 anos. Tenho outras duas filhas, de 16 e 18 anos, mas quem tem filho adolescente sabe bem que nessa idade a companhia dos pais não é a mais apreciada por eles...

Além disso, gosto de ir ao cinema, ir a um bom restaurante e, principalmente, viajar. Conhecer lugares e culturas diferentes é, com certeza, uma das maiores e melhores experiências de vida.

7. Qual filme e livro prediletos?

Em relação a filmes sou extremamente eclético. A escolha às vezes depende do dia ou do estado de espírito. Nos últimos tempos tenho acompanhado mais de perto e me surpreendido com os filmes argentinos. Dois deles são inesquecíveis e recomendaria sem medo de errar: Um Conto Chinês e Relatos Selvagens. E não perco os filmes do Wody Allen. Em relação a livros, gosto de variar, procurando alternar o tipo de leitura que atualmente fica entre a filosofia e a política. Um livro de cabeceira que estou sempre relendo é Aprender a viver, de Luc Ferry.



Participe do nosso AMMP Notícias
Envie sua sugestão de artigo
E-mail: jornalismo@ammp.org.br

AMMP
ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AMMP se mobiliza para ajudar comunidade carente



A Associação está lançando uma nova campanha solidária. Desta vez, a proposta é ajudar a comunidade Quilombola de Alegre, localizada no município de São João da Lagoa, no norte de Minas, na construção de uma sala de aula multiuso. A causa teve o intermédio do Promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima.

A comunidade quilombola de Alegre carece de serviços básicos de saúde, educação, transporte e lazer. Além de fornecer educação para crianças e adolescentes, a estrutura também será usada para discussões importantes, o oferecimento de atendimento médico ambulatorial e cursos profissionalizantes para os cerca de 70 moradores, o que compreende nove famílias. O projeto foi orçado em R\$ 43 mil.

Para contribuir, o associado poderá escolher lotes de material de construção de R\$ 50 e R\$100. Entre em contato com a AMMP secretaria@ammp.org.br ou (31)2105.4878.

Imposto de renda solidário arrecada mais de R\$ 89 mil

Entre os dias 11 de maio e 30 de abril, os contabilistas da associação ficaram à disposição dos associados para fazer a Declaração do Imposto de Renda 2019.

Os membros, que tinham valor a pagar, podiam direcionar 3% do imposto devido para o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus. Por meio de 48 doadores, foram arrecadados R\$ 89.278,93.

A entidade

O Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus é uma Associação Beneficente e de Assistência Social que tem a finalidade de prestar assistência material e amparo a crianças, adolescentes, adultos e idosos, sem distinção de crença, raça ou nacionalidade.

AMMP recebe novos Promotores



No dia 6 de maio, os Promotores (as) de Justiça aprovados no 56º Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) conheceram a estrutura da Associação.

Os novos membros do MPMG participaram de reunião no auditório, onde foram repassadas informações sobre o papel e os serviços disponíveis na instituição. Compuseram a mesa do encontro, o presidente da AMMP Enéias Xavier Gomes, o vice-presidente da AMMP, José Silvério Perdigão, o Promotor de Justiça e diretor do AMMP-SÁUDE, Luiz Felipe de Miranda Cheib, o Promotor de Justiça e presidente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), Edson Ribeiro Baêta, e o Procurador de Justiça e ex-presidente da Associação Epaminondas Fulgêncio Neto.

AMMP realiza o Chá das 3 para aposentados e pensionistas



No dia 7 de maio, cerca de 50 associados participaram do evento, que contou com buffet especial e um sarau, comandado pelo ator Odilon Esteves.

O artista leu trechos de obras de grandes nomes da literatura nacional e internacional, como Eduardo Galeano, Bertolt Brecht, Vinícius de Moraes e Fernando Pessoa.

Odilon Esteves explicou que o modelo de sarau que propõe é um “menu literário”, que possibilita uma outra forma de contato com o texto. “A gente que trabalha com teatro usa técnicas de interpretação para oferecer um olhar subjetivo à determinada obra. Aqui temos a oportunidade de transmitir um texto com uma interpretação, com um olhar que o espectador ainda não teve o contato. Isso pode gerar curiosidade por autores que a pessoa ainda não leu”.

CHÁ DAS TRÊS CONFRATERNIZAÇÃO DE Aposentados e Pensionistas

PRIMEIRA TERÇA-FEIRA DO MÊS, ÀS 15H, NA AMMP

2 de julho
6 de agosto
3 de setembro

1º de outubro
5 de novembro
3 de dezembro



Associada completa 106 anos



No dia 8 de junho, em Itabira, a associada Agueda Drumond comemorou seu centésimo sexto aniversário. A associada é viúva do Promotor de Justiça Nelson de Lima Guimarães.

A festa para comemorar a incrível marca foi realizada na presença de seus familiares. Dos filhos aos bisnetos.

Para homenagear Agueda, seus filhos prepararam um discurso especial. “A senhora é forte. Feita de ferro itabirano que sustenta seu corpo até hoje. Ser leal e digna lhe deram a respeitabilidade que lhe acompanham todos esses anos. Você é um grande orgulho para seus filhos, para seus netos e bisnetos. Você é a nossa referência.”



Academia de Letras: Literatura e violência

A Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais realizou a palestra “Literatura e Violência”.

Durante a reunião na sede da AMMP, o membro da academia, o Procurador de Justiça Duarte Bernardo Gomes fez uma abordagem histórica sobre a origem da violência, suas características e influências. O associado apontou grandes escritores brasileiros e seus pontos de vista sobre o tema.

Definidos os adversários da AMMP no torneio nacional de futebol

SÊNIOR			SORTEIO
GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	
RS	CE	MA	
MG	SP	PR	
RJ	PI	PA	
AP			

MASTER				SORTEIO
GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	
MG	RS	SP	MA	
SC	TO	PR	GO	
ANPT	PI	AP	PB	
AM	RO	CE		

SUPER MASTER				SORTEIO
GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	
MA	SC	PR	RJ	
MG	PB	SP	RS	
AM	RR	DF	ANPT	
PA				

FORÇA LIVRE				SORTEIO
GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	
PR	SP	GO	MA	
DF	RS	MS	RJ	
BA	MG	MT	SC	
ANPR	PE			

No dia 10 de maio, a Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM) sorteou os grupos das quatro categorias para o XVIII Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público. A competição será disputada entre os dias 20 e 23 de junho, em São Luís.

O sorteio foi conduzido pelo coordenador técnico do torneio, Itamar Ferreira, diretor da Federação Maranhense de Futebol de Sete e transmitido no perfil do instagram da AMPEM. Em breve a entidade irá divulgar a tabela de jogos.

Alunos do Krav Magah da AMMP conquistam faixa

No dia 12 de maio, em Belo Horizonte, dois alunos do Krav Magah da AMMP receberam a faixa amarela.

Fizeram o teste para a graduação, a Promotora de Justiça Ana Letícia Martins de Souza e o associado Vinícius Garzon Tonet.

As aulas de Krav Magah são oferecidas pela AMMP, no salão de festas, às segundas e às quartas, de 18h15 às 19h15. O professor Dionésio Mariosi é quem ministra o aprendizado da autofedesa.

